

Tratamento boçal e distância abissal no jornalismo¹

VALENTINI, Gêssica Gabrieli²

IJUIM, Jorge Kanehide³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Neste artigo, de caráter ensaístico, buscamos refletir sobre os processos jornalísticos a partir do estudo da reportagem ‘Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC’, publicada pelo *site* G1 Santa Catarina. Para a análise, nos apoiamos nas considerações de Boaventura de Sousa Santos e utilizamos os procedimentos metodológicos da Análise Pragmática e Cultural da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta. Levamos em conta o contexto das organizações jornalísticas, que, de um lado, precisam se adaptar às novas tecnologias, mas, ao mesmo tempo, reconfiguram os modos de fazer de tal forma que podem estar conduzindo a um jornalismo desumanizado, que atropela preceitos e reforça preconceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Processos jornalísticos; Jornalismo multimídia; Humanização, Desumanização; Preconceito.

Temos direitos constitucionais que garantem igualdade. Leis que punem o preconceito. Códigos de ética que condenam expressamente o tratamento diferenciado pela cor de pele, classe social, credo, nacionalidade. Porém, na prática, as chamadas minorias diariamente são vítimas de discriminação. Muitos destes casos são noticiados como atrocidades. E quando quem comete tais equívocos são os próprios jornalistas? Este artigo parte da análise da reportagem "Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC", publicada no dia 22 de novembro de 2014, no portal de notícias *G1 Santa Catarina*.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, email: valentini.gessica@gmail.com

³ Professor do curso de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, email: ijuimjor@gmail.com

Neste artigo, tem-se como cenário os processos de produção jornalísticos, neste caso a *RBS TV*, afiliada da *Rede Globo*, que desde 2012 se estruturou para agregar a editoria estadual do *GI - Portal de Notícias da Globo*.

Iniciamos com a perspectiva do jornalismo como um direito e uma necessidade dos seres humanos, o que pressupõe uma imprensa responsável e reflexiva. Posteriormente, dialogamos com as observações de Bergmann e Luckmann (2004), sobre a construção social da realidade. Além disso, partindo dos apontamentos de Fausto Neto (2008), refletimos também sobre o conceito de midiatização da sociedade e as constantes mudanças.

Para o estudo de caso, utilizamos os procedimentos metodológicos da Análise Pragmática e Cultural da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta (2004), sempre dialogando com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1988, 2002, 2007, 2010), que contribui para refletir sobre as consequências das mudanças e de um jornalismo feito sem a devida reflexão, como também traz alternativas para superarmos o cenário atual.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior, em nível de doutorado, cujo objetivo é contribuir para reflexão das mudanças nos processos jornalísticos num contexto de convergência de mídias e um processo de desumanização tanto de processos, quanto de produtos.

O direito à informação e à igualdade

Seja na visão europeia, que propõe o jornalismo como formador de opinião, ou na tradição norte-americana, que defende o direito à informação (MERTON, 1970), há um consenso entre os autores do campo sobre a importância do jornalismo para a sociedade. Embora a opinião pública seja resultado de diversos fatores, se considerarmos que o jornalismo pode ser a principal forma de conhecermos determinadas realidades, isso já dá aos profissionais da área uma responsabilidade quase assustadora, como observa Olinto (2008). Segundo o autor, com a consciência da sua

posição no mundo, o jornalista ultrapassa o ser individual e se transforma numa espécie de predestinado, com o dom de penetrar nas formas de vida e contar a todos o que lá existe. Esse dever, somado à responsabilidade necessária para desempenhar bem o papel, significa compreensão humana: de quem, sobre quem, para quem se escreve. Pensando deste modo, todo jornalismo é humano. Do aspecto ideal, não deveríamos sequer estar questionando a possibilidade de existir um jornalismo desumanizado. Porém, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua efetividade, os questionamentos já começam a aparecer. Segundo o documento, "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos". E o texto continua:

II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Os códigos de ética e deontológicos do nosso fazer enfatizam estes preceitos⁴.

Parece desnecessário que isso precise ser expresso e garantido através de um documento. Mais do que isso, parece exagero uma cláusula para reforçar isso no próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros⁵, que expressa como um dos deveres do profissional “[...] defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. O mesmo artigo detalha a preocupação de “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias”.

Na prática, por diversos motivos, isso não ocorre com tanta naturalidade. Entre os aspectos que precisamos considerar estão as mudanças tecnológicas, que impactaram diretamente as rotinas produtivas. Embora não seja possível mensurar as consequências, refletir sobre essas mudanças pode contribuir para compreendermos os processos.

Midiatização social

⁴ Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 10 de março de 2017.

⁵ Disponível em: Disponível em: http://fenaj.web2015.uni5.net/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 10 de março de 2017.

As mudanças da comunicação, sobretudo em decorrência do surgimento de novas tecnologias, impulsionaram um processo denominado por diversos autores como “midiatização”. Para Eliseo Verón (1997), as mudanças ocorrem não só por causa da evolução da tecnologia, mas também pelo aumento da demanda por informações. Assim, define comunicação midiática como “[...] essa configuração de meios de comunicação resultantes da articulação entre dispositivos tecnológicos e condições específicas de produção e de recepção, configuração que estrutura o mercado discursivo das sociedades industriais” (VERÓN, 1997, p. 13).

Quando versa sobre midiatização, Verón compreende, através de uma abordagem sociológica, como um complexo emaranhado resultante da relação entre instituições, meios e atores individuais (indivíduos membros de uma sociedade, inseridos em complexas relações sociais).

Antes da midiatização, os pesquisadores denominavam o período como “sociedade dos meios”, em que a centralidade do jornalismo era maior e o processo de comunicação era praticamente linear. Já as novas tecnologias ampliaram as possibilidades de interação entre os jornalistas e o público. Neste sentido, Fausto Neto (2008) define o processo de midiatização como ambiente pelo qual produtores e consumidores da informação fazem parte de uma mesma realidade de fluxos, que permite conhecimento e reconhecimento simultâneos, formado por estratégias e modos de interação proporcionados pelas tecnologias (FAUSTO NETO, 2008).

A internet ampliou as possibilidades, mas por diversos fatores, como a língua, geografia, cultura e falta credibilidade das fontes, os meios de comunicação continuam sendo uma das principais formas de difusão do conhecimento. Neste cenário, são os jornalistas que seguem detendo a responsabilidade de selecionar os acontecimentos que serão divulgados através de notícias e reportagens.

Já para os jornalistas, a midiatização afetou drasticamente as redações. Muitos aspectos foram positivos, com novas ferramentas de pesquisa e contato com as fontes,

difusão de conteúdo e otimização de processos. Por outro lado, houve uma crise no modelo de negócios, que levou a um enxugamento nas redações, demissões em massa, substituição de pessoas por máquinas, acúmulo de funções, etc.

Midiatização nos processos

A midiatização afetou os meios de comunicação tradicionais como rádio, TV e veículos impressos, que ganharam versões online, e também deu espaço a milhares de meios de comunicação criados especialmente para a internet. É o caso do *GI - Portal de Notícias da Globo*, lançado no dia 18 de setembro de 2006. Além dos conteúdos da TV, a *Globo* também agregou este novo veículo de comunicação, com conteúdos criados exclusivamente para o ambiente *online*.

Em 2012, seis anos depois da criação do portal nacional, houve a implantação do *GI Santa Catarina*, que atendia a um processo de expansão das redações online da *Globo* pelo país. Todas as afiliadas do canal de TV, incluindo a *RBS*, agregaram também as redações regionais do *GI*.

No *GI Santa Catarina*, dois editores, dois repórteres, um coordenador e dois assistentes de conteúdo eram responsáveis pela redação e edição de reportagens sobre os acontecimentos do estado catarinense, além da veiculação na internet dos vídeos produzidos originalmente para os programas e telejornais da *RBS TV*.

Após a implantação do *GI Santa Catarina*, os repórteres da *RBS TV* receberam como atribuição extra a colaboração para o veículo *online*, com envio de fotos e informações diretamente do local do acontecimento. Embora não fosse uma participação obrigatória, em alguns casos a contribuição passou a ser inserida como meta no *Programa Superação*. O objetivo do programa era fazer com que os jornalistas estabelecessem iniciativas, superando o que lhes era proposto pelos gestores. A cada semestre, os jornalistas precisavam inserir novas metas, que eram avaliadas no fim deste período. Cumprir as metas significava alcançar uma boa nota, que poderia ser revertida em um avanço na carreira e até mesmo aumento salarial.

Por um lado, trata-se de um incentivo que tem aspectos positivos, já que há uma contrapartida da empresa. Por outro, em algum momento, o acúmulo de funções pode acarretar perda de qualidade e comprometer a informação. Não pretendemos ignorar que as empresas passam por uma delicada situação, com falência dos modelos de negócios e a necessidade de reinvenção. Contudo, nossa proposta é refletir sobre as consequências e possibilidades, para que o trabalho não seja desumano para os profissionais e não acarrete em um tratamento desumano às fontes.

Tratamento boçal, pensamento abissal

Em suas reflexões, Boaventura de Sousa Santos (2002) sugere que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, que define como um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis.

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que o "outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2002, p. 1)

O autor cita diversos exemplos do que compreende como divisões, entre eles o conhecimento legitimado pela ciência perante o conhecimento produzido através do senso comum, o que é metropolitano em relação o que é colonial, o que é considerado legal conforme códigos e o que não é legitimado por eles, etc. No jornalismo, esse pensamento pode ser verificado na diferença de tratamento dado a fontes especializadas, oficiais ou de diferentes classes sociais, sexo ou de minorias. São diferenças sutis, mas que podem ser constatadas em reportagens como esta analisada.

Diante de um pensamento abissal, consideramos que o tratamento aos personagens, dependendo de que lado da linha estão, pode ser boçal, num sentido literal

da palavra. *Boçal*, de acordo com o dicionário Michaelis⁶, tem pelo menos dois significados: 1. referente a ou escravo negro recém-chegado da África, que ainda não falava o português e 2. *p.ext.* ignorante, rude, tosco. Algo ou alguém privado de inteligência e/ou comportamentos humanos. Habitualmente, hoje usamos com a segunda conotação, mas é inevitável conjecturar que é possível que a primeira definição tenha dado origem à segunda. A escolha da comparação não foi proposital, foi até mesmo antes de saber que originalmente a palavra também tem relação com imigrantes africanos, como é o caso do personagem da reportagem. Embora o termo tenha sido escolhido para se referir ao tratamento dado a ele, são essas sutis conceituações que ao longo do tempo criaram as linhas abissais refletidas por Santos (2002).

Conforme Santos (1988), pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica, que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não-científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos).

Santos (2002) sugere, a partir disso, que há um paradigma dominante, fruto dessa racionalidade científica. Ao mesmo tempo, este paradigma não está sendo suficiente para explicar a complexidade do mundo. Pelo contrário, é insuficiente e, não à toa, passa por uma crise. As consequências desse colapso podem ser percebidas em reportagens como esta, cujos resultados veremos a seguir.

A *Análise Pragmática e Cultural da Narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta (2004), considera a narrativa como parte de um todo, uma linearidade que integra passado, presente e futuro. Busca-se entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade. Sem dúvida, como veremos nesta reportagem, os personagens são construções, e não apenas

⁶ Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>. Acessado em 12 de março de 2017.

deste texto, mas de um contexto maior, já culturalmente constituído e reproduzido, mesmo que inconscientemente. Parte do paradigma dominante e do pensamento abissal.

Para Motta (2004), nenhuma narrativa é ingênua: quem narra sempre tem uma intenção de narrar. Se considerarmos ainda os apontamentos de Motta (2004), de que a narrativa faz parte de uma totalidade, que inclui passado, presente e futuro, as coberturas que envolvem negros ou imigrantes costumam carregar preconceitos implícitos, generalizações, superficialidade ou são sobre personagens que muitas vezes nem são ouvidos.

Em sua metodologia, Motta (2004) propõe cinco movimentos: 1º - Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; 2º- identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios; 3º - construção de personagens jornalísticas (discursivas); 4º - Estratégias comunicativas; 5º - A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”. Na análise abaixo, procuramos mesclar estes movimentos para compreender melhor a narrativa.

Sobre a recomposição da intriga, a cobertura em casos de estupro tem uma importância inquestionável. Trata-se de um crime, um acontecimento jornalístico. Porém, neste caso temos pelo menos dois outros fatores que interferem na funcionalidade dos episódios e identificação dos conflitos: o suspeito é imigrante, de um país da África e negro. Já tomando por base uma reconstrução histórica de episódios semelhantes, não raro há superficialidade nas coberturas e indícios de preconceito, como já aconteceu em reportagens sobre haitianos, por exemplo.

Se pensarmos através do paradigma científico apontado por Santos (2010), a reportagem poderia ser analisada com estratégias discursivas de caráter objetivo: há referências de realidade, fontes, inclusive o nome do suspeito, há local, imagem, entrevistas.

Medina (2008) traz questionamentos semelhantes aos de Santos (2002) quando critica o positivismo, pelo reducionismo. Neste, há uma valorização do que pode ser verificado, o que é objetivo, e o desprezo à sensibilidade e à subjetividade do repórter.

Segundo a autora, em uma perspectiva positivista, a entrevista pode ser apenas um modelo para obter respostas pré-pautadas por um questionário, a exemplo do que faz o método científico. O jornalista ouve a fonte, mas não busca a compreensão humana. No caso desta reportagem, todos os dados são aparentemente objetivos. Porém, quanta subjetividade há nesta aparente objetividade?

Tanto na reportagem em vídeo quanto o texto publicado no *site*, percebemos muitos indícios de subjetividade e preconceito, ainda que possa não ser consciente. Passou por repórteres e editores, tanto da TV quanto do veículo *online*, e ainda assim traz inúmeros aspectos para refletirmos.

A página do *G1* inclui o vídeo da reportagem da TV, conforme a figura abaixo. Também há um *frame*, sendo que a reportagem em texto trata-se praticamente de uma transcrição, como veremos na análise.



Figura 1: Imagem da reportagem publicada no G1 Santa Catarina

Transcrição da reportagem publicada pelo *G1 Santa Catarina* no dia 22 de

novembro de 2014 às 11h45 e atualizada em 22 de novembro de 2014 às 16h06:

Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC

Casos aconteceram durante uma festa em Florianópolis. Uma das vítimas disse que mordeu o agressor e conseguiu fugir

Naim Campos

Do G1 SC

Um **africano** foi preso em flagrante suspeito de tentar estuprar duas jovens dentro do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis, entre a noite de sexta (21) e a madrugada deste sábado (22).

Segundo a polícia, o homem de 28 anos tentou estuprar duas estudantes, de 19 e 22 anos. O homem de Cabo Verde e as duas garotas estavam em uma festa no campus do bairro Trindade.

De acordo com o setor de segurança da UFSC, minutos depois da primeira tentativa frustrada, o jovem teria atacado outra estudante no bosque da universidade. A primeira estudante ficou ferida no rosto. Ela também foi à delegacia e denunciou o **africano**. Na Central de Polícia, o suspeito negou as acusações. "Eu não tentei estuprar nenhuma delas. Como tu ia tentar estuprar uma pessoa com no mínimo 500 pessoas ali? Como tu ia fazer isso?", afirmou Claudino Brandão Lopes.

Mesmo negando, diante do relato das vítimas, o suspeito foi autuado em flagrante por estupro, já que pela lei não é necessário que o ato sexual seja consumado para caracterizar o crime. A situação do **africano** ficou ainda pior, já que ele está ilegal no Brasil por causa de documentação vencida. Ele foi encaminhado para o presídio da Capital. De acordo com o agente de segurança da UFSC, crimes são comuns durante as festas que acontecem durante a madrugada no campus. (G1 SC - 22/11/2014 11h45 - Atualizado em 22/11/2014 16h06) (*grifos nossos*).

No *site*, reportagem é assinada pelo repórter da *RBS TV*, que fez a matéria originalmente para um dos telejornais da emissora. Há um autor da narrativa, embora muitos outros tenham tido acesso e talvez interferido - ou não - na sua significação. No caso da reportagem analisada, o texto é praticamente igual ao da TV, sem informações adicionais.

A matéria foi veiculada no telejornal *Bom Dia Santa Catarina*. Na chamada da reportagem, não há nenhuma referência à origem do suspeito. Porém, já no título da versão *online* há a palavra "africano". Para dar referências de realidade, é comum os textos jornalísticos citarem a nacionalidade, sobretudo quando esta é diferente do país do público-alvo. Neste caso, porém, a nacionalidade, Cabo Verde, ficou em segundo

plano, citada apenas uma vez. O que foi destacado foi o fato de ser do continente Africano. Não é comum vermos 'asiático' ou 'europeu', ao invés de 'chinês' ou 'italiano', por exemplo.

A primeira imagem do vídeo é o rosto do suspeito, em diversos ângulos, bem como o nome. Também não há referência ao fato de ser suspeito. O repórter cita que "Claudino, de 28 anos, foi preso em flagrante depois de, segundo a polícia, ter tentado estuprar duas estudantes...". Em seguida, temos a passagem do repórter, dando a versão das estudantes, depois o depoimento de ambas, e só então a defesa do próprio suspeito, que nega as acusações.

No final, o repórter ainda reforça a imagem do personagem como criminoso, já que, conforme a reportagem, ele estaria morando de forma ilegal no Brasil por estar com a documentação vencida. Desde o início, a construção é de um vilão, o que fica explícito nesse trecho, que serve como um reforço à imagem construída inicialmente. Não bastasse não ser comum o uso do continente como referência de realidade, nesta reportagem o substantivo 'africano' foi usado quatro vezes. Sozinho, o substantivo é objetivo, mas carrega consigo uma subjetividade indiscutível.

A reportagem em texto inverte a sequência de informações, colocando o nome do personagem no segundo parágrafo, mas usa o substantivo 'africano' já no título e também na abertura da reportagem: "Um africano foi preso em flagrante suspeito de tentar estuprar duas jovens dentro do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis, entre a noite de sexta (21) e a madrugada deste sábado (22)".

O restante do texto é praticamente a transcrição da reportagem em vídeo, embora tenha suprimido parte do depoimento de um agente de segurança da Universidade Federal de Santa Catarina, que afirmou que crimes são comuns no campus da universidade em dias de festa. Essa observação, embora pudesse ser uma discussão até mesmo mais importante que o fato em si, é abordado de forma superficial.

Não podemos julgar a intenção do repórter responsável pela reportagem e saber se houve uma reflexão, tanto por ele quanto pelos editores da *RBS TV* e do *G1 Santa*

Catarina. Mas é inegável que o substantivo 'Africano', repetido tantas vezes, denota preconceito. Talvez não fosse tão grave se tratássemos de qualquer outra origem, mas o preconceito a negros é histórico, o que torna o uso inevitavelmente questionável.

As mudanças tecnológicas e o impacto nos processos jornalísticos também devem ser levados em conta. No caso da reportagem para TV, o repórter foi até o local do acontecimento e teve a oportunidade de conversar com as fontes. Já os profissionais do *GI*, na maioria das vezes, fazem a apuração por telefone. É inegável que a tecnologia trouxe avanços, mas também tornou-se uma opção para empresas cortarem gastos. O enxugamento das redações também ocasionou, em muitos casos, acúmulo de funções, com um tempo reduzido para apuração. Isso, porém, não reduz a responsabilidade dos profissionais em relação à divulgação de informações e o tratamento boçal dado às fontes.

Voltando aos apontamentos de Boaventura de Sousa Santos (2010), a Ciência Moderna adquiriu o status de modelo único, que reduz os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. O fato de o personagem ser africano é uma dimensão externa e mensurável, não há como negar. Mas, continuando sua reflexão, Santos (2010) acredita que esta lógica privilegia a relação sujeito-objeto, uma objetivação que enxerga fenômenos também como objetos, ou seja, um processo de coisificação, amparada pela lógica da racionalidade científica: “fundamentada no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada e, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (SANTOS, 2010, p. 54). O que fazer então? É nas reflexões do próprio autor que buscamos saídas possíveis.

Algumas Alternativas

Se o jornalismo é feito para e por seres humanos, existe então um jornalismo desumanizado? Embora pareça contraditório, a reportagem que motivou este artigo mostra que sim, que o jornalismo pode desumanizar. Pode reforçar a distância abissal,

como enfatiza Santos (2007), entre o que é hegemônico e o que é invisível na sociedade. Pode distanciar, ao dar tratamentos diferenciados de acordo com a cor de pele, etnia, cultura, classe social. Pode objetivar e, ao fazer isso, ‘coisificar’ pessoas. Ou, independente de tudo isso, pode não tratar com a devida responsabilidade as informações, de acordo com as consequências da divulgação das notícias.

Para alguns, a existência de um jornalismo desumanizado trata-se de uma constatação exagerada. Porém, o termo não é tratado como exagerado quando falamos de excessos no sistema penitenciário e descasos no tratamento de pacientes em hospitais. Quando detentos ou pacientes são tratados como ‘coisas’, são objetificados, não raro fazemos referência a um tratamento desumano. E quando ‘coisificamos’ fontes?

Conforme Santos (1999), na modernidade, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. Neste sentido, em princípio a desigualdade e a exclusão, que nos sistemas coloniais eram legitimados através da escravatura, por exemplo, agora são tratados como exceções ou incidentes. Porém, segundo o autor:

[...] a partir do momento em que o paradigma da modernidade converge e se reduz ao desenvolvimento capitalista, as sociedades modernas passaram a viver a contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a integração social, e os princípios de regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e exclusão produzidos pelo próprio sistema capitalista (SANTOS, 1999, p. 03)

Em sua reflexão, Santos (1999) aponta para a existência de uma hierarquização social, dentro da qual o racismo contém elementos tanto da desigualdade, no eixo socioeconômico, quanto da exclusão, no eixo cultural. A integração desigual ocorre primeiro através da exploração colonial e, depois, através da imigração, o que contribuiu para que o sistema continuasse desigual e excludente.

Através da análise, é perceptível que as determinações dos códigos deontológicos e da Declaração dos Direitos Humanos não estão sendo suficientes para

evitar equívocos e preconceitos. O pensamento abissal parece fazer parte do inconsciente coletivo, inclusive de jornalistas, e se mostra através de um tratamento muitas vezes boçal, no sentido literal da palavra.

É certo que o paradigma dominante se instituiu durante séculos e não será derrubado em pouco tempo, mas, conforme Santos (2002), há alternativas. “Da minha perspectiva, para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. Em suma, é preciso desafiar a razão indolente”. (SANTOS, 2002, p. 241).

Conforme o autor, a razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A alternativa parece ser refletir sobre o que está ‘do outro lado da linha’, o que está invisível’, e, com isso, levando em conta a complexidade do mundo, colocar em evidência o que falta emergir.

Se levarmos em conta o tratamento ao personagem da reportagem analisada, precisaríamos ter em conta o preconceito que existe não só a negros, mas também a imigrantes, sobretudo de países mais pobres.

Pluralidade e complexidade parecem ser palavras que traduzem o pensamento de Boaventura de Sousa Santos. Na ecologia de saberes, proposta por ele, admitem-se conhecimentos - o foco da ciência tradicional - mas também ignorâncias. Admite-se o não saber. Parece também admitir-se errar. Isso não significa que o erro deva ser aceito. Porém, partir do pressuposto de que não sabemos de qual lado da linha estamos e de que podemos ser nós os errados, os ignorantes, os preconceituosos, etc, - parece ser o primeiro passo para eliminarmos o abismo. Ninguém quer cair. E talvez assim ninguém caia, nem deixe cair.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter, e LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. In: **Revista Matrizes**. Revista do PPGC da USP. São Paulo, 2008b, ano 1, n. 2., p. 89-105.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MERTON, Robert K. **Sociologia, teoria e estrutura**. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora da UnB, 2013

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004 (coleção Textos em Comunicação, ano II, v.2, n.5).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro de 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Outubro 2007: 3-46

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Outubro 2007: 3-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção Multicultural da Igualdade e Diferença**. Oficina do CES, n 25, 1999. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf> . Acesso em 12 de março de 2017.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. In: **Revista Diálogos de la Comunicación**, n.48, Lima: Felafacs, 1997.